A AUTOBIOGRAFIA AMERICANA COMO TESTEMUNHO E CAUÇÃO DE CIDADANIA

Teresa F. A. Alves
Universidade de Lisboa

Ao abordar este tema não posso deixar de referir o desafio que todas as histórias individuais sempre representaram na minha vida e, por isso, ter-se afigurado especialmente adequado escolhê-lo para homenagear Maria Laura Bettencourt Pires, cuja vida tive oportunidade de acompanhar de perto, que me merece toda a consideração e amizade, ambas fortalecidas pelo convívio frequente destes últimos anos. A Laura foi uma admirável lutadora e, a nível profissional, uma incansável divulgadora da cultura que nesta breve reflexão é encarada como fundamental para o relacionamento da autobiografia com a questão da cidadania. Aliás, a ela devo o retomar deste assunto apresentado numa das sessões das Conferências Fulbright Alumni 2022, que modelarmente organizou.

Decorridos muitos anos a debruçar-me sobre a autobiografia americana, tornou-se fulcral a noção de que a experiência do Novo Mundo fora decisiva para atrair a escrita do "eu" à esfera da cidadania. Prosseguindo a busca neste campo surgiram várias interrogações, a mais crucial, sem dúvida, a da cidadania americana nas suas múltiplas vertentes se relacionar com registos dedicados à auto-representação, ou seja, aquela estratégia textual em que o "eu" do escritor assume a primeira pessoa, ligando-a à sua vida pessoal. É verdade que, esteja esse "eu" onde estiver, os confrontos com as ocorrências do quotidiano são determinantes para o progresso e desenvolvimento da identidade, mas como é que esse mecanismo de autoconhecimento transborda para a esfera colectiva de modo a tornar-se um traço constitutivo e culturalmente específico? Novas interrogações decorrentes desta inicial e que me obrigaram a procurar razões na própria história dos EUA foram relevantes para prosseguir a investigação. Serão mesmo as autobiografias americanas tão distintas das que se escreveram e escrevem noutras culturas? E não será o sentimento de que o "eu" é singular e único, um traço partilhado

pelas autobiografias de todo o mundo? Encontramos, por exemplo, na cultura francesa um número considerável de autores praticantes desta modulação literária e, talvez, por isso mesmo, um notável *corpus* crítico. Certamente que a diferença e originalidade se fazem sentir como traço dominante da história de cada uma das vidas retratadas. Regressando ao paradigma originário – *Confissões* de Santo Agostinho (século V 397-401?) ou à sua modificação, treze séculos mais tarde, por *As Confissões* de Jean Jacques Rousseau, torna-se manifesto o longo e significativo percurso deste género de escrita, sempre intrigante pelas especificidades de tempo e lugar que nela afloram.

Tanto Agostinho como Rousseau vão buscar aos exercícios espirituais da vida cristã, justamente caracterizados pela auscultação do "eu", o título para as suas autobiografias. Ambos partilham a crença na inviolabilidade desse mesmo "eu", ainda que à sua escrita trouxessem a ligação dele a um Absoluto que transcende a vida individual. No século V a "Criação Divina" é esse Absoluto, substituída pela "Natureza" em oposição à "Cultura" no século XVIII. Poderemos pensar o Absoluto como uma forma de cidadania? Tanto em Agostinho como em Rousseau o Absoluto tem existência numenal, situada, portanto, no domínio do espírito, da mente, do pensamento. Consequentemente não existe fora da esfera do "eu" retratado a vislumbrar espaços ideais sem existência material.

Uma realidade bem diferente é, por exemplo, a de John Winthrop, primeiro governador da colónia de Massachusetts Bay, quando, no ano da graça de 1630, avista a bordo do Arbella, a costa de Nova Inglaterra e exorta a tripulação de colonos puritanos a construírem a "cidade sobre o monte".[1] É verdade que a cidade de que fala o primeiro Governador é tão figurativa como a Cidade de Deus de Santo Agostinho, mas, ao contrário desta, a de Winthrop virá a ter tradução toponímica no Novo Mundo e, para aqueles que na altura o escutavam, virá a ter uma existência física e concreta, tão concreta e tão real como a vida de cada um deles.

[1] Em *A Model of Christian Charity* (1630), Winthrop estabelece a conotação com a cidade celestial , "a cidade sobre o monte", que percorre a cultura americana como motivo inspirador e que, na esfera política, sobressai exemplarmente na alocução de John F. Kennedy intitulada "City Upon a Hill Address" dirigida ao Massachusetts General Court do Estado que o elegera como Senador em 9 de Janeiro de 1961, dez dias antes de assumir a Presidência dos EUA.

Na metafórica cidade sustentada por tempo e espaço reais, as dificuldades climáticas e outras hostilidades com que os novos colonos se defrontam raramente ofereceram o espaço utópico com que os europeus haviam sonhado. No entanto, transportaram-no a um espaço aberto e fluido, onde todos aqueles que tinham respondido ao desafio de lutar pelas suas convicções ou de procurar melhores condições de sobrevivência encontraram um campo propício ao desenvolvimento dos seus desejos. E falar de desejo não se me afigura despropositado. É o desejo de uma vida melhor equacionado com a ideia de felicidade que legitima na Declaração de Independência americana a inclusão de "the pursuit of happiness" como um dos direitos a adquirir.

A História propriamente dita da escrita do "eu" em idioma americano é inaugurada por *The Autobiography* (1791) de Benjamin Franklin, ainda que, no período colonial, Jonathan Edwards, voz notável do Revivalismo Evangélico no século XVII, e Cotton Mather, descendente da teocracia dinástica puritana, possam ser referidos como dignos precursores e como integrando, segundo Daniel B. O'Shea, uma espécie de pré-história do género: Edwards por registar em *Personal Narrative* (1765) uma vocação religiosa operante no mundo dos seus concidadãos e das respectivas comunidades; Mather pelo uso que faz em *Magnalia Christi Americana* (1702) do distanciamento do narrador em relação aos protagonistas, estratégia em que acentua as ambivalências da sua própria identidade.

Mais do que inaugurar, *The Autobiography* de Benjamin Franklin oferece um paradigma inovador a vários níveis. Salta à vista a utilização da palavra "autobiografia" para título da obra, escolha do editor e não do autor que sempre se lhe referiu como *memoirs*. Mas há uma diferença clara entre *memoir* e autobiografia e, neste caso, o editor sabia melhor do que o autor o que estava em causa, não apenas como uma mera evocação do passado, mas como registo de uma vida a correr ao sabor dos acontecimentos. Em segundo lugar, a autobiografia de Franklin inova no que diz respeito ao âmbito do conceito de cidadania quando desloca a acção dos domínios da Providência Divina para a substituir pelo engenho e o trabalho individual como meios de acesso a uma posição social de relevo. O *self-made man* tão benquisto e emblemático da civilização americana tem como protótipo a história de Benjamin Franklin.

Uma brevíssima excursão pela obra permite ilustrar o conceito de representatividade que, na cultura americana, assume contornos estruturantes significativos, e, à sua luz, repensar o singular convívio entre a vida individual e a comunidade. O livro divide-se em três partes que correspondem a três fases da vida do autor. Na primeira, o protagonista é o jovem e audaz Benjamin, determinado a traçar o seu destino, optimista e com um sentido da oportunidade muito desenvolvido. Na segunda, o protagonista é um homem de espírito empreendedor, marcado pela crença no progresso e nas virtualidades da jovem nação americana, onde, pelas múltiplas facetas do seu engenho, personifica o "homem dos sete ofícios". A vida em comunidade, simbolizada pela Associação da "Junto", uma espécie de célula representativa da democracia nacional, ocupa boa parte deste segmento narrativo. Por último e na terceira parte da obra, o protagonista de quarenta e dois anos, é o auto-didacta que se permite o luxo de se entregar ao cultivo do espírito. As missões mais tardias que consagram Benjamin Franklin como cidadão do mundo e obreiro da autonomia nacional, essas não cabem em *The Autobiography*.

Estamos longe de um processo de mera secularização da odisseia de espírito e muito próximo de definir a ideia de representatividade em função do homem comum respondendo às circunstâncias do quotidiano. O de Benjamin Franklin é utilitarista e, por isso, desenvolve-lhe o talento de "inventor de engenhocas"; sobressai o pendor para arquitecto de incipientes planos urbanísticos e para todo o tipo de esquemas adequados à emergente civilização americana. Esteve ligado a serviços de bombeiros, seguradoras, hospitais, bibliotecas, para além da sustida relação com o mundo da edição e publicação, em diversos ofícios. Leitor experimentado, Franklin não desconhece os efeitos apelativos da epistolografia e, por isso a usa repetidamente como estratégia mediadora. É o caso da carta dirigida ao filho, que inaugura o livro. Além das curiosas ressonâncias suscitadas pela invocação de Deus e da sua benévola Providência, introduz um modelo de vida que viria a inspirar um sem número de "histórias de sucesso", popularizadas nas conhecidas histórias de Horatio Alger.[2i] No início da segunda parte reforça a estratégia da carta

[2] É pouco natural que o autobiógrafo destinasse este legado ao filho de quarenta e tal anos, ao tempo overnador de New Jersey e fervoroso adepto da causa inglesa. Destina-o certamente às gerações vindouras e à democracia americana. A modulação da escrita do "eu" pela estratégia epistolar, tal como Benjamin Franklin a usa, viria a gozar de considerável fortuna até aos dias de

dentro da carta e acentua aquilo que porventura é a forma mais eficaz de mediação, a do dialogismo autobiográfico, ou seja, a interpelação do leitor por parte do narrador, decorrente do texto que encena o "eu" obrigatoriamente dirigindo-se ao "tu" que o lê. Talvez seja oportuno ponderar as razões pelas quais a autobiografia nos EUA se prestou como nenhuma outra forma literária a testemunhar e caucionar a cidadania do ser comum. Jean-Yves Tadié na sua *Introduction à la vie littéraire du XIX* Siècle defende que "todo o século XIX fala na primeira pessoa" (11; minha tradução). O culto do "eu" aparece assim associado ao Romantismo e é uma prática que mais cedo ou mais tardiamente se alarga a toda a Europa. Não esqueçamos a ligação dos Estados Unidos à cultura dominante de raiz anglo-saxónica e, ainda, o facto de o século XIX, que colhe os frutos da independência política no século anterior, poder ser considerado a "Idade Clássica" da cultura dos Estados Unidos, no sentido lato do termo, ou seja, enquanto configuração de especificidades que associamos a um modo de ser e estar culturalmente bem definido. Nestes termos, o registo da experiência individual e a sua modelação como "narrativa na 1ª pessoa" advêm de circunstâncias históricas e de época. Escritores tão significativos como Emerson e Thoreau verteram-se em seus textos na primeira pessoa e *Walden* (1854) havia de se tornar no breviário da juventude do seu tempo.

O contraste com Benjamin Franklin não podia ser maior quando nos debruçamos sobre a autobiografia de Henry David Thoreau, cujas deambulações pelo mundo exterior carecem de ser entendidas como metáfora do seu percurso de vida interior. Não se imagine, contudo, que elas se alheiam das vivências reais do autobiógrafo. Muito pelo contrário! O olhar que dirige em seu redor é microscópico, absolutamente laboratorial e transforma-se em exercício de linguagem que nos devolve as circunstâncias em que o autor escolheu viver. Seguindo de perto o argumento de Jane Varner Gunn, a "imersão" de Thoreau no famoso lago que serve de título à sua autobiografia assemelha-se a um mergulho metafórico na temporalidade de toda uma existência vivida em diálogo consigo mesma, mas sem desse diálogo alienar o mundo que a rodeia. Nesta acepção a autobiografia funciona como sinónimo e sinédoque da realidade. Mais importante,

---

hoje, nos EUA, como, por exemplo, atesta Always Running. La Vida Loca: Gang Days in L. A. (1993) de Luis J.Rodriguez .

talvez, para o desenvolvimento do tema central desta reflexão é a descoberta de que, ao ler-se *Walden*, se revela um universo alternativo ao de *The Autobiography,* e que tal alternância introduz a complementaridade indispensável ao entendimento dos Estados Unidos como um todo formado por mundo urbano e rural, funcionando a obra de Thoreau complementarmente em relação à de Franklin. Significativamente, as referências aos sons e imagens em Henry David Thoreau relacionam muitas vezes o mundo natural com o das culturas autóctones. Entrevistas como sombras na densa folhagem dos bosques visitados pelo narrador, elas permanecem como enigma deixado em aberto até à hora da sua morte, pois, segundo consta, as últimas palavras inteligíveis que Thoreau então pronunciou terão sido "moose" e "Indian".

Até ao momento debrucei-me sobre autobiografias de autoria masculina, mas uma interrogação pertinente é a que se relaciona com a incursão feminina na esfera da cidadania. Não serão os registos de autoria de mulheres tão mediadores como os dos homens da sua geração? Nos tempos coloniais há alguns testemunhos escritos na primeira pessoa, as célebres *Narrativas de Cativeiro*. Estas, contudo, não ultrapassam as suas circunstâncias históricas e a identidade das suas autoras forja-se nos papéis de esposa e cuidadora atribuídos à mulher por consenso masculino, ainda que nas observações sobre o mundo das suas vivências, esses registos possam seguir posições algo heréticas como, por exemplo, na simpatia que deixam transparecer por alguns usos e costumes das populações autóctones.

Só no Século XIX viria a autobiografia feminina a tornar-se representativa dos dilemas comuns ao seu género. Cabe a Sarah Margaret Fuller Ossoli, dar voz aos desafios do seu tempo, nomeadamente no que concerne os papéis atribuídos pela sociedade aos géneros masculino e feminino. O seu ensaio *Woman in the Nineteenth Century* (1845) é considerado a matriz do feminismo americano do século XIX, no qual destaco as figuras de Elizabeth Cady Stanton, autora de uma célebre "Declaration of Sentiments" (1848) proclamada em Seneca Falls Convention, Susan B. Anthony, famosa pelas suas posições sufragistas, e um número considerável de figuras ligadas ao Transcendentalismo literário, nomeadamente Louisa May Alcott, autora de *Little Women* (1868, 1869), obra de vanguarda pelo protagonismo dado à busca da identidade feminina juvenil moderna.

Margaret Fuller, nome por que é conhecida, foi a primeira editora do periódico transcendentalista, *The Dial* (1840-44) e, além do papel desempenhado na sua época, é frequentemente reconhecida como insigne precursora dos "Movimentos de Mulher" nos anos sessenta e setenta do século XX. Prematuramente desaparecida aos 40 anos num naufrágio à vista da costa dos Estados Unidos quando regressava de Itália (1850), deixa um incompleto e reduzido testemunho autobiográfico, publicado postumamente por Emerson sob o título de *Autobigraphical Sketch* (1852).

Nesta autobiografia inacabada, sublinho a bifurcação do universo narrativo entre dois espaços fundamentais, a biblioteca e o jardim, respectivamente associados pela narradora às figuras paterna e materna. De início, sugerem a oposição entre os pesadelos provocados pela exigência intelectual do pai e o deleite na memória da mãe, que a narradora associa ao azul do céu, ao orvalho e à passarada folgazã. Ressonâncias transcendentalistas emergem da dicotomia criada entre natureza e cultura, mas, curiosamente, o texto estabelece a dialéctica entre o que começa por ser antagónico, uma vez que a narradora admite que a leitura se torna um hábito e uma paixão, e o jardim lhe estimula a veia imaginativa. Fuller, que de perto conviveu com o Transcendentalismo emersoniano, apropria-se deste para modelação da identidade e jamais transforma o exercício da escrita em auto-reflexão narcisista, antes nele revelando o que verdadeiramente norteou a busca da identidade. Nos vários ofícios de professora, primeira crítica literária a tempo inteiro, jornalista ou autora, inscreve a "diferença" de perspectiva e atitude em relação ao mundo masculino do seu tempo. E não só porque, em Itália para onde foi como primeira correspondente do sexo feminino, se envolveu na Revolução Italiana, aliando-se a Giuseppe Mazzini, político revolucionário e membro da Carbonária.

Não causará estranheza a apropriação da autobiografia e do autobiográfico como modo de testemunho e caução de cidadania por autores vindos da cultura dominante, dita WASP. Certamente inesperado é o uso de tais modelações em idêntica caução da cidadania por parte daqueles que representam uma cultura espoliada dos seus direitos ou uma cultura oprimida pela escravatura. E, no entanto, é o que se passa quando analisamos a vida de William Apess ou de Frederick Douglass que na "época clássica

americana" se socorreram da autobiografia para se emanciparem da tutelagem indesejada e a configuraram como forma de protesto e de reivindicação dos seus direitos de cidadãos americanos.

Como sucede com *The Autobiography* de Benjamin Franklin, também *A Son of the Forest de William Apess, A Pequot* (1829) inaugura a muito nobre linhagem da autobiografia índio-americana e *Narrative of the Life of Frederick Douglass* (1845) desempenha papel idêntico na não menos nobre linhagem da autobiografia africano-americana. Talvez mais curioso seja ainda a popularidade de que gozou a narrativa de Douglass em relação, por exemplo, a *Walden* (1854) ou a obras ficcionais como *The Scarlet Letter* (1850), *Moby Dick* (1851) e a celebrada epopeia do "eu" versificada em *Leaves of Grass* (1855). Quando comparamos o número de exemplares vendidos por cada um destes autores, verificamos que a autobiografia de Douglass foi um verdadeiro *best-seller* do seu tempo. Logo em 1829, ou seja menos de 40 anos após a publicação de Benjamin Franklin e vinte e tal anos antes da de Henry David Thoreau, *A Son of the Forest* do pregador metodista William Apess usa a linguagem e a retórica evangélica cristã – tem, aliás, algumas semelhanças com a autobiografia espiritual do tempos coloniais – por intermédio da qual legitima o texto aos olhos da sociedade dominante, ao mesmo tempo que indirecta mas explicitamente dá corpo ao protesto e à denúncia do genocídio da raça índia, removida das suas terras e aparentemente em vias de extinção, ou abertamente fala do aviltamento da condição humana pelo sistema esclavagista. Por vezes, o protesto é explícito, mas camuflado com a subtileza de quem não desconhece o poder de retaliação e de silenciamento que assiste aos dominadores. Quer pela apropriação dos estilos literários do seu tempo, quer por recurso a estratégias de oralidade características da cultura índia, a narrativa de Apess, oferece o testemunho da hibridização que, por um razão ou outra, transparece nos textos autobiográficos assinados por autores provenientes das culturas marginais no século XIX. *A Son of the Forest* cria, por assim dizer, uma dupla legitimação: reconhece, por um lado, a existência dos direitos da cultura autóctone, que insere num contexto político mais alargado; e, simultaneamente, nesse contexto, expande a noção de cidadania a uma efectiva integração cultural, ainda que, inicialmente, esse fenómeno seja maioritariamente de natureza literária.

Um fenómeno paralelo decorre de *Narrative of the Life of Frederick Douglass*, sub titulada *Written by Himself*, numa assunção clara da intencionalidade e da autonomia do autor. Diferentemente de Apess que se socorre da retórica religiosa da sociedade dominante, Douglass vai buscar à tradição muito rica de narrativas de escravos, além do estilo, dois temas básicos, o da liberdade e o da literacia. Tal como em Franklin, os conflitos de ordem espiritual do protagonista são, quando muito, acessórios ao progresso da narrativa, essencialmente centrada na construção da cidadania que, em Douglass, parte do grau zero – a escravatura. O paralelismo, porém, é apenas um ponto de partida, já que o tema central é o da passagem da situação da escravatura à condição de emancipado, a par da crescente consciência de que tal condição não subsiste sem a aquisição de literacia. Como o texto atesta, é excelente o domínio vocabular do autobiógrafo, a variedade de figuras de estilo e o hábil manejo da retórica pela qual se torna mediador representativo da sua comunidade, e, simultaneamente, arquétipo da liberdade enquanto necessidade absoluta. Nesta reside a legitimidade cívica de modo tão expressivo como o livre arbítrio de Benjamin Franklin ou dos *Puritan Fathers*, a que remontam as origens da nação americana.

Cerca de duas décadas mais tarde surge a réplica feminina pela mão de Harriet A. Jacobs e, também, o arquétipo complementar da personagem heróica masculina associada à plantação. Em síntese, nasce a personagem doméstica feminina, vítima do assédio sexual do dono dessa mesma plantação. *Incidents in the Life of a Slave Girl*. *Written by Herself* (1861) opta por um subtítulo igual ao de Douglas, mas, curiosamente, aproxima-se mais de Margarret Fuller ao colocar a tónica na reacção aos condicionalismos e preconceitos da sociedade do seu tempo. Como Fuller, desafia os estereótipos sociais e oferece o testemunho da identidade feminina configurada em função das suas vivências. Os seus universos abrem generosamente a emoções e relacionamentos, que são chamados a desempenhar um papel fulcral nos registos autobiográficos de ambas as autoras. Porém, enquanto geradora do arquétipo feminino que emergirá num sem número de obras literárias, Harriet A. Jacobs distancia-se de Fuller, mais focada em influências de ordem intelectual, e, em *Incidents in the Life of a Slave Girl*, Jacobs valoriza

o papel da mulher africano- americana como pedra angular da família, figura de sustento tanto espiritual como material, obreira da concórdia e união no seio familiar.

São também bastante curiosos os paralelismos formais entre Margaret Fuller e a autobiógrafa índio-americana Gertrude Bonin que, em 1921, adopta o nome Lakota de Zitkala-Sa, em tradução "Pássaro Vermelho". Sobre os *sketches* desta última, intitulados "Impressions of an Indian Childhood", "The School Days of an Indian Girl", "An Indian Teacher Among Indians", "Why I am a Pagan**"** (1900-1902) poderia ser dito muito do que foi escrito sobre os paralelismos de Fuller com Jacobs, enquanto textos representativos da condição feminina nos EUA. Na sua qualidade de expressões individualizadas, os sketches de Zitkala-Sa, como os de Fuller ou a autobiografia de Jacobs, registam as particularidades de uma condição também essencialmente diferenciada pelas ligações às diversas culturas de onde as autoras são originárias. Neste contexto, a presença da cultura ancestral autóctone inscreve nítidas diferenças em relação à cultura dominante ou àquela que é proveniente da escravatura.

São frequentemente porosas as fronteiras entre a memória individual de Zitkala-Sa, assumidamente centradas nas vivências do "eu", e a memória colectiva que transparece ao longo de toda a sua obra. A estratégia procura estabelecer a secundarização da subjectividade face à cultura índia originária, cultura marcada pela situação relacional de todos os seus elementos, e em que a individualidade funciona inevitavelmente como sinédoque da comunidade. É uma cultura de correspondências e reciprocidades que a cultura de cariz antropocêntrico como a ocidental desconhece ou, pelo menos, não associa às narrativas autobiográficas. Em Zitkala-Sa, a presença recorrente da narradora que assume autoritariamente o relato dos seus dias de escola, a experiência como professora de crianças índias e, por fim, a justificação do seu "paganismo", é expressiva da sua condição índia e americana que, inevitavelmente, acarreta formas de hibridização anteriormente referidas a William Apess, Frederick Douglass e Harriet Jacobs.

Uma outra obra, também de autoria feminina, carece de ser chamada a esta análise da autobiografia como testemunho e caução de uma cidadania específica. Mary Antin, em *The Promised Land* (1912), recicla justamente o paradigma da autobiografia que conta uma história diferente sobre a imigração para os Estados Unidos. E recicla-o como a

confirmação de que a diversidade oitocentista, em que se gera o carácter multifacetado da nação americana, vai, ao correr do século XX, acomodar culturas de todo o mundo, integrando-as como uma espécie de manta monumental tecida nas mais distintas formas e nos mais variados tons, sem deixar de concorrer num padrão singular, o da cidadania americana.

A obra de Antin surge na sequência da terceira vaga de imigração para os Estados Unidos, entre 1890 e 1914, quando cerca de 15 milhões de emigrantes do Sul e do Leste da Europa, nomeadamente de Itália, Rússia e Áustria-Hungria, chegam à sua Terra Prometida, alterando substancialmente o perfil étnico que caracterizara a imigração anterior, maioritariamente anglo-saxónica, irlandesa, germânica e escandinava. Esta última vaga caracteriza-se pela concentração nos centros urbanos onde começam a formar-se diferentes comunidades étnicas como *Jew Town*, *Chinatown*, *Litlle Italy*, pequenas cidadelas na grande urbe, sempre em tensão com *The American Town*, versão histórica da "cidade sobre o monte" habitada pelos "eleitos" que, por sua vez, vivem também em tensão aguda com as "Harlems" urbanas onde habitam os descendentes dos escravos. Entre si, porém, as pequenas cidadelas também entram em conflito "territorial", como ainda recentemente tivemos ocasião de recordar na nova versão de *West Side Story*, assinada por Steven Spielberg (2021).

A viagem no espaço físico, simbólica da do espírito, alinha a autobiografia de Mary Antin com um modo de auto-representação característico da experiência de migração para os Estados Unidos, ao mesmo tempo que, pela imagística em torno da qual se vai articulando a narrativa, *The Promised Land* ecoa a viagem arquetípica para o Novo Mundo, adensando as implicações históricas pelas de carácter mítico. Não me alongarei sobre a controvérsia gerada em torno desta autobiografia, que os mais críticos na segunda metade do século XX interpretaram como um modelo de assimilação à cultura dominante. A disputa forneceu ampla ocasião para se debaterem conceitos como os do conservador "cadinho de culturas" ou os do progressista "multiculturalismo", este último alimentado pelas diversas Renascenças étnicas e a explosão autobiográfica que as mesmas suscitaram.

Ainda que mascarada pelo tom entusiástico com que a narrativa se inaugura e se conclui, eu diria que a diversidade cultural está bem presente em Mary Antin e, também por isso, incluo a sua história como matriz da autobiografia da imigração enquanto fenómeno constitutivo de cidadania. Aliás, logo no segundo parágrafo da sua Introdução e a despeito do simbolismo salvífico em ressonância com a retórica puritana, Antin assume a importância da unidade geracional que considera "mais satisfatória do que uma vida singular" (xix; minha tradução). Fundamento este argumento na arquitectura e na configuração da dualidade cultural que caracteriza *The Promised Land*, cuja narrativa se divide em dois segmentos de extensão sensivelmente igual, cada um deles referido aos anos vividos na Rússia e nos Estados Unidos. Sigo ainda a opinião crítica de Betty Bergland quando argumenta que o facto de as secções sobre a vida em Polotzk (Rússia) e em Boston serem ilustradas precisamente com o mesmo número de fotografias não poder deixar de reforçar a aludida dualidade. Enquanto textos visuais, todas as fotografias oferecem testemunhos de natureza ideológica e são susceptíveis de concentrar numa imagem única páginas de comentário verbal, não esquecendo que tanto elas como as suas homólogas narrativas providenciam um ângulo de visão específico. No equilíbrio instável entre tensões contraditórias e na ambivalência por ele suscitado, reside, em meu entender, a chave de uma vida que, como a de qualquer imigrante, se organiza entre as memórias do país de origem e as vivências do país de adopção.

Seguir a história colectiva dos Estados Unidos por intermédio das suas autobiografias individuais é um desafio que oferece a oportunidade de analisar questões culturais e civilizacionais muito próprias e dificilmente apreendidas nos manuais convencionais. Uma das mais curiosas é a de raramente podermos situar o "eu" autobiográfico americano na esfera da heroicidade, mesmo que o registo da sua vida cause admiração. Seria desconhecer o fenómeno da representatividade que o irmana com o cidadão comum, de inspiração benjaminiana, e que surge consolidado ao correr dos tempos. Esta é, sem dúvida, a herança que, desde o início, atravessa a cidadania americana até aos dias de hoje e que é cimentada nos seus dois séculos e meio de existência pela escrita

do “eu”, como atestam exemplos bem próximos de nós. Atentemos nas palavras com que encerra o primeiro volume de *Uma Terra Prometida* de Barack Obama*:*

> O helicóptero iniciou a suave curva para norte, sobrevoando a Alameda. O Monumento a Washington materializou-se de repente de um lado, parecendo que quase podia tocar-lhe; do outro lado vi a figura sentada de Lincoln, escondido na sombra atrás das colunas de mármore do memorial. O *Marine One* começou a trepidar um pouco, de uma forma que agora já conhecia muito bem, a assinalar a descida final, quando se aproximou do relvado virado a sul, e olhei para a estrada lá em baixo, ainda com o trânsito de hora de ponta – *pensei que eram pessoas que vinham do emprego, como eu, ansiosas para chegarem a casa* (780; meu itálico).

Obama olha os heróis Washington e Lincoln como qualquer transeunte os olharia e evoca no título escolhido a obra matriz da autoria de uma jovem imigrante, uma cidadã-comum. As ressonâncias não se ficam por aí. Acomodam como as da sua antecessora a retórica de salvação presente desde o início nos registos dos primeiros imigrantes que aportaram às costas do Novo Mundo. Tal retórica, como há-de ser recordado, destina-se a todo um povo e não apenas ao condutor desse povo.

Transcrevo também o parágrafo final de *Aquilo Em Que Acreditamos* de Kamala Harris pois não desejo alimentar a ideia muito em voga de que a autobiografia é um género literário eminentemente masculino. Talvez o seja noutras culturas. Mas não na dos Estados Unidos.

> Daqui por alguns anos, *os nossos filhos e netos levantarão a cabeça para nos olharem nos olhos.* Perguntar-nos-ão onde estávamos neste tempo de tão grandes desafios. Perguntar-nos-ão como foi. Não quero que lhes digamos apenas o que sentimos. Quero que lhes digamos o que fizemos. (p. 358; meu itálico)

Os Agradecimentos da autora encerram com um parágrafo que é simultaneamente uma homenagem à Mãe falecida há uma dezena de anos. Começa assim: “*Mamã tu és a estrela deste livro, pois foste a razão para tudo.”* (p. 363; meu itálico)

Passou mais de um século sobre o reconhecimento de que a unidade geracional se alia à história singular, reforçando nesta última a condição de representatividade. É uma faceta que associamos frequentemente à autobiografia escrita por mulheres, mas não podemos esquecer que já em Benjamin Franklin ela aparece na carta que escreve a seu filho e que funciona como testemunho do enraizamento e compromisso comunitário, que o autor passa às gerações vindouras, independentemente, da proveniência e afiliação cultural dos praticantes deste tipo de escrita ou dos leitores a quem se destina.

(Escrevo de acordo com a antiga ortografia)

TEXTOS CITADOS

Antin, Mary. *The Promised Land*. 1912. With a Forword by Oscar Handlin. Boston: Houghton Mifflin Cmpany, 1969.

Appess, William. *A Son of the Forest*. 1829. *A Son of the Forest and Other Writings by William Apess, a Pequot*. Ed. e Intr. Barry O'Connell. Amherst: U of Massachusetts P, 1997: 3-56.

Bergland, Betty. "Postmodernism and the Autobiographical Subject". *Autobiography & Postmodernism*. Ed. Kathleen Ashley. Leigh Gilmore, Gerald Peters. Amherst: U of Massachusetts P, 1994: 130-166.

Douglass, Frederick. *Narrative of the Life of Frederick Douglass, an American Slave, Written by Himself*. 1845. *Autobiographies: Narrative of the Life of Frederick Douglass, an American Slave; My Bondage and My Freedom: Life and Times of Frederick Douglass*. New York: Library of America–68, 1994: 1-102.

Franklin (1771-89); Frederick Douglass, Narrative of the Life of Frederick Douglass, An American Slave, Written by Himself (1845); Mark Twain, Old Times on the Mississipi (1875); Zitkala-Sa (Gertrude Bonnin), "Impressions of an Indian Childhood," "The School Days of an Indian Girl," "An Indian Teacher Among Indians," "Why I Am a

Franklin, Benjamin. *The Autobiography*. 1791. *Writings Boston and London, 17221726; Philadelphia, 1726-1757; London, 1757-1775; Paris, 1776-1785; Philadelphia, 1785-1790; Poor Richard's Almanack, 1733-1758; The Autobiography*. New York: Library of America–37, 1987: 1305-1469.

Fuller, Margaret. *Autobiographical Sketch*. 1852. *The Portable Margaret Fuller*. Ed. Mary Kelley. New York: Penguin Books, 1994: 1-21.

Gunn, Janet Varner Gunn. *Autobiography: Towards a Poetics of Experience*. Philadelphia: U. Pennsylvania P, 1982.

Harris, Kamala. *Aquilo em que acreditamos. A autobiografia da vice-presidente dos Estados Unidos da América*. Trad. Susana Sousa e Silva. s/l: Penguin, Random House, Grupo Editorial, 2021.

Jacobs, Harriet. A. *Incidents in the Life of a Slave Girl: Written by Herself. Edited by L. Maria Child.* 1861. Ed. e Introd. Jean Fagan Yellin. Cambridge: Harvard UP, 1987.

Obama, Barack. *Uma Terra Prometida*. Trad. Manuel Marques e José Remelhe. s/l: Penguin, Random House, Grupo Editorial, 2020.

Pagan" (1900-1902). Ed with Introd. William L. Andrews. New York: Penguin Books, 1992.

Tadié, J-Y. *Introduction à la vie littéraire du XIX siècle*. Paris: Bordas, 1970.

Thoreau, Henry David. *Walden; or Life in the Woods*. 1854. *A Week on the Concord and Merrimack Rivers; Walden; or Life in the Woods; The Maine Woods; Cape Cod*. New York: Library of America–28, 1985: 321-587.

Zitkala-Sa. *Four Autobiographical Narratives of Zitkala-Sa*. 1900-2. *Classic American Autobiographies: Mary Rolandson, A True History of the Captivity and Restoration of Mrr. Mary Rowlandson (1682); Benjamin Franklin, The Autobiography of Benjamin*

NOTA BIOGRÁFICA DA AUTORA

Teresa F. A. Alves é professora jubilada de Estudos Americanos e investigadora do Grupo de Investigação 3 "Interfacing Cultures and Identities" no CEAUL/ULICES, Universidade de Lisboa. As suas publicações reflectem o interesse na produção literária Norte-Americana e em abordagens culturais interdisciplinares. Mais recentemente tem vindo a ocupar-se da literatura e cultura de imigrantes portugueses e seus descendentes nos Estados Unidos, tendo publicado ensaios sobre as obras autobiográficas de Laurinda C. Andrade, José Rodrigues Miguéis, Charles Reis Felix e Josephine B. Korth, bem como sobre a ficção de Miguéis e Frank X. Gaspar, e a poesia deste último. É autora de Cânone e Diversidade (Lisboa 2003) e co-autora de Feminine Identities (2002) e Literatura Norte-Americana (Lisboa, 1999). Co-editou, entre outros, Portugal Pelo Mundo Disperso (2013), Narrating the Portuguese Diaspora: Piecing Things Together (2011), From the Edge: Portuguese Short Stories/ Onde a Terra Acaba: Contos Portugueses (2006), And gladly wolde [s]he lerne and gladly teche": Homenagem a Júlia Dias Ferreira (2007), Ceremonies and Spectacles: Performing American Culture (2000). Traduziu dois romances de Nathanael West (1985), e poemas de Ralph Waldo Emerson (2003) e Frank X. Gaspar (2013). Integra a Direcção da Society for the Study of the Short Story-SSSS e da Fulbrighers Portugal-Alumni Association.

Teresa F. A. Alves is Emeritus Professor and Researcher in the American Studies Research Group "Interfacing Cultures and Identities", at the University of Lisbon International Center for English Studies – CEAUL/ULICES. Her published work reflects her interests in the American literary production and in interdisciplinary cultural approaches. She is presently engaged in researching Portuguese American literature and culture, having published essays on autobiographical works by Charles Peters, Laurinda C. Andrade, Rodrigues Miguéis, Charles Reis Felix and Josephine B. Korth, as well as on the short fiction by Rodrigues Miguéis and on Frank X Gaspar's poetry and fiction. Her publications include Cânone e Diversidade (2003), and she is a co-author of Feminine Identities (2002) and Literatura Norte-Americana (1999). She co-edited, among others, Portugal Pelo Mundo Disperso (2013), Narrating the Portuguese Diaspora: Piecing Things Together (2011), From the Edge: Portuguese Short Stories/ Onde a Terra Acaba: Contos Portugueses (2006), And gladly wolde [s]he lerne and gladly teche": Homenagem a Júlia Dias Ferreira (2007)

and Ceremonies and Spectacles: Performing American Culture (2000). She also translated two novels by Nathanael West (1999) and poems by Emerson (2003) and Gaspar (2013). She is a Board member of the Society for the Study of Short Story-SSSS and of the Fulbrighers Portugal-Alumni Association.

RESUMO

A atracção da autobiografia à esfera da cidadania americana constitui o foco deste ensaio escrito em homenagem a Maria Laura Bettencourt Pires que, em boa parte da sua ensaística e prática docente, se empenhou a fundo na cultura americana. A interligação entre a escrita do "eu" e a questão da cidadania é desenvolvida por recurso a uma série de textos assinados por autores e autoras das várias culturas dos EUA, nomeadamente a cultura dominante e outras que, a par dela e no seu seio, alcançaram expressão. Abrange um arco temporal em que tal vertente literária floresce, moldada por desígnios que aparentam emular os da Declaração da Independência (1776), onde se firmam os direitos inalienáveis de cada indivíduo confrontado com uma nova identidade política. Ao correr do texto, são analisadas as autobiografias de Benjamin Franklin, Henry David Thoreau, Margaret Fuller, William Apess, Frederick Douglass, Harriet A. Jacobs, Gertrude Bonin/ Zitkala-Sa e Mary Antin. É dado relevo ao modo singular e único de entrelaçamento de cada uma das vidas analisadas com as circunstâncias sociais e políticas do seu tempo. Complementarmente, considera-se o impacto que tiveram nessas mesmas circunstâncias e a forma como contribuíram para a configuração do conceito de representatividade americana e a sucessiva redefinição desse conceito.

PALAVRAS-CHAVE:

autobiografia, cidadania, cultura dominante, culturas-outras, homem e mulher americanos representativos.

ABSTRACT

This essay focus on the alignment of autobiography with American citizenship, a subject that suits a piece written in homage to Maria Laura Bettencourt Pires who heartily dealt with American culture in many of her essayistic works and teachings. The interweaving of literary autobiography with the question of citizenship is discussed by accessing texts authored by men and women writers from several cultural denominations in USA, namely those from the dominant culture as well as those from other-cultures which thrive within it and with it describe a temporal arch suitable to the flourishing of a literary modulation that apparently emulates the 1776 Declaration of Independence by upholding the inalienable rights of the individual in face of a new political identity.The analysis of texts by Benjamin Franklin, Henry David Thoreau, Margaret Fuller, William Apess, Frederick Douglass, Harriet A. Jacobs, Gertrude Bonin/ Zitkala-Sa and Mary Antin, focus on the singular and unique entwining of each of the lives under scrutiny with his/her social and political circumstances. Further, the impact of those lives on the above-mentioned circumstances is emphasized, as well as their contribute to the formulation of the concept of the American representative man or representative woman, as well as to the successive redefinition of such a concept.

KEYWORDS:

autobiography, citizenship, dominant culture, other-cultures, American representative man and representative woman.